CIES e-WORKING PAPER Nº 57/2008

**Classes sociais e voto partidário
nos distritos de Lisboa e de Setúbal**

NILTON GODOY

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Nilton Godoy tem uma licenciatura em Sociologia e Planeamento e um mestrado em Sociologia das Organizações, do Trabalho e do Emprego, ambos pelo ISCTE. É actualmente doutorando no Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE. As áreas principais de interesse prendem-se com as problemáticas das classes sociais e do comportamento eleitoral. *E-mail:* nil9-7-9@netcabo.pt

Resumo

Neste trabalho pretende-se analisar a actualidade das classes sociais na explicação do voto partidário. Estuda-se a pertinência do modelo sociológico de comportamento eleitoral e a importância do volume e da estrutura do capital, conceitos retirados dos contributos de Bourdieu para o comportamento eleitoral em eleições legislativas. A discussão teórica centraliza-se, principalmente, em torno dos contributos de Wright, de Bourdieu, de Inglehart e de teorizações mais específicas sobre o comportamento eleitoral.

Para alcançar tal objectivo, compararam-se as configurações da estrutura de classes nos concelhos dos distritos de Lisboa e Setúbal, nomeadamente a classe social, a estrutura de propriedade, a relação entre proprietários e não proprietários, qualificados e não qualificados, outras relações, e a respectiva distribuição do voto partidário.

Recorrendo à tipologia de classes de Almeida, Costa e Machado (ACM), conclui-se que os empresários, dirigentes e profissionais liberais, e os empregados executantes (ou seja, empregados administrativos, entre outros) parecem constituir padrões de voto relativamente estáveis com orientações partidárias distintas, estando-se possivelmente perante uma política de classes. Os quadros intelectuais e científicos e os técnicos intermédios, os trabalhadores independentes e os agricultores independentes parecem apresentar uma relativa independência em relação ao voto. O operariado apresenta um padrão de voto complexo, havendo diversos factores que contribuem para tal. Os assalariados agrícolas não têm peso estatístico significativo para se inferirem eventuais conclusões.

Destaca-se, então, a centralidade dos empregados do sector terciário na política de classe, sector em expansão contínua nas nossas sociedades, tal como a centralidade da relação capital-trabalho no comportamento eleitoral.

Palavras-chave: classe social, partidos políticos, comportamento eleitoral, política de classe, voto de classe.

Abstract

We intend to analyse the actuality of the social classes in the understanding of the party voting. We study the pertinence of the sociological model of electoral behaviour and the importance of the volume and structure of capitals, concepts taken from the contributions of Bourdieu, to the electoral behaviour in legislative elections. The theoretical discussion is mainly centralized around the contributions of Wright, Bourdieu, Inglehardt, and of more specific theorizations about electoral behaviour.

To reach that goal, we compare the configurations of the classes structure in the municipalities of the districts of Lisbon and Setubal, chiefly the social class, the structure of the property, the relationship between the owners and non-owners, qualified and not qualified, other relationships, and the respective distribution of the party votation.

Looking at the Antonio, Costa and Machado (ACM) class structure pattern, we conclude that entrepreneurs, directors and independent qualified workers and the less qualified employees of the tertiary sector have relatively stable patterns of voting with defined party orientations, probably a class policy. The intellectual and scientific workers and the intermediate technicians, the independent workers and the independent farmers are relatively independent concerning voting. The labourers present a complex vote pattern and several factors contribute to it. People working in the agriculture and living from a salary have no statistical relevance to infer eventual conclusions.

What is relevant is the centrality in the class policy of the less qualified employees of the tertiary sector and the centrality of the relationship capital-work in the electoral behaviour.

Key-words: social class, political parties, electoral behaviour, class politics, class voting.

Introdução

No presente trabalho pretende-se estudar o comportamento eleitoral dos cidadãos dos distritos de Lisboa e Setúbal nas eleições legislativas de 2002 e de 2005, tendo a classe social dos indivíduos como principal factor de explicação do comportamento eleitoral.

Aborda-se um problema importante no âmbito da Sociologia, nomeadamente as conexões entre classe social e voto. Analisa-se, então, o possível carácter estruturante das categorias socioprofissionais sobre o voto. Pretende-se definir conceitos e teorias-chave relacionados com o tema e analisar, à luz de autores de referência, as problemáticas relacionadas.

O enfoque irá para as abordagens de Wright, Bourdieu e Inglehart. As diversas pesquisas subjacentes, principalmente sobre o modelo sociológico e sociopsicológico do voto, são também analisadas. A este primeiro momento corresponde o capítulo 1.

O segundo capítulo contextualiza o objecto de estudo, nomeadamente referindo a evolução da estrutura de classes no tempo, em Portugal e noutros países europeus. Analisa-se, também, a evolução da organização/composição dos partidos políticos em Portugal e a evolução do comportamento eleitoral dos cidadãos.

Na contextualização é, também, perspectivada a evolução de conceitos relacionados com a temática do trabalho, nomeadamente o conceito de operariado.

No capítulo 3 explana-se a metodologia, a análise dos resultados e as conclusões do *paper*. A metodologia consiste em análise estatística de dados, perspectivando-se a configuração que a estrutura de classes assume nos diferentes concelhos dos distritos de Lisboa e Setúbal e a distribuição do voto partidário, nomeadamente o peso dos diversos partidos nos concelhos em estudo. Faz-se uma análise intraconcelhos, interconcelhos e entre os distritos referidos. Da análise dos resultados e das conclusões pretende-se extrair considerações relacionadas com os objectivos propostos e possíveis interrogações pertinentes.

Capítulo 1: Classes sociais e voto partidário

No presente capítulo analisarei, à luz de alguns autores de referência, a problemática das classes sociais e do voto partidário, definindo conceitos e teorias-chave relacionados com o tema.

Começarei por referir Erik Olin Wright e a sua formulação teórica sobre classes sociais. O papel causal da classe social na política é pensado por Wright analisando uma tipologia tripartida de níveis de poder: o poder situacional refere-se a relações de poder de comando directo entre actores; o poder institucional refere-se às características de diferentes padrões institucionais que formam a agenda de decisão política; e o poder sistémico está ligado à estrutura geral dum sistema social. Estes modelos de análise levam Wright a referir que “quanto mais abstracto é o objecto de investigação, mais factores, como a estrutura de classes ou as dinâmicas do capitalismo, têm um papel preponderante” (Wright, 1997: 106). Se estudarmos objectos mais específicos, determinados processos causais adquirem maior poder explicativo.

Wright, em termos mais gerais, conserva a ideia marxista de exploração e a ideia de relações antagónicas entre trabalhadores e proprietários (podendo estas ser de conflito). Distingue, no entanto, “opressão económica não exploradora” de “exploração”, referindo-se a primeira à não transferência dos frutos do trabalho do oprimido para o opressor, não existindo uma dependência mútua como no caso da exploração. Neste último caso, os detentores dos meios de produção necessitam do trabalho dos trabalhadores. Estes detêm também poder, no sentido em que o controlo social do trabalho necessita da sua diligência e do seu esforço.

Wright dá conta, também, de outras dimensões que, actualmente, acha pertinentes na análise de classes: as qualificações e a autoridade hierárquica. A autoridade hierárquica pressupõe a existência de gestores, supervisores que controlam outros trabalhadores, mas que também são controlados e explorados pelos capitalistas, daí estarem num lugar contraditório de classe. As qualificações diferenciam os trabalhadores: os mais qualificados estão, potencialmente, num lugar de “apropriação privilegiada dentro das relações de exploração”.

Wright refere, também, os lugares mediados de classe. Estes apresentam-se como lugares influenciados por outros aspectos que não a relação directa com um emprego. É o caso dos reformados, dos desempregados, dos domésticos, de ligações familiares mais ou menos privilegiadas em relação ao lugar directo de classe.

Para além da distribuição pelos lugares de classe, temos que analisar como a classe social modela os interesses, as capacidades estratégicas e as experiências. Estas características dependem, também, das várias ligações sociais que os indivíduos detêm como, por exemplo: “uniões políticas que atravessam fronteiras de classe devem ser facilitadas no grau em

que ligações de amizade e de família atravessem essas fronteiras” (*id. ibid.*: 150). A permeabilidade estática refere-se a padrões de ligações sociais, a permeabilidade dinâmica refere-se às trajetórias biográficas. Wright diz que as fronteiras ligadas à propriedade são as que mais dificilmente são transpostas, seguidas das barreiras ligadas às qualificações e, por fim, das que estão ligadas à componente de autoridade.

Wright, na sua análise dos mecanismos que afectam os indivíduos dentro de lugares de classe, refere os conceitos de: estrutura de classe, relações sociais antagónicas entre lugares de classe; formação de classe, relações sociais cooperativas dentro das estruturas de classes (a formação de classe compreende a formação de alianças de classe, tal como a organização interna das classes); prática de classe, compreendendo esta a realização de interesses baseados na classe social; luta de classe, práticas antagónicas de classe; consciência de classe, elementos da subjectividade da pessoa que são acessíveis a nível do discurso. Para Wright os limites das estruturas sociais são reais, mas estes são transformáveis pela acção consciente dos indivíduos.

No modelo micro de análise, Wright refere que os lugares de classe impõem limites à consciência dos indivíduos. A consciência de classe selecciona formas específicas de prática dentro destes limites. As práticas de classe transformam os lugares e as consciências de classe. No que se refere à segunda limitação, Wright refere a relação em termos probabilísticos: os capitalistas teriam uma maior propensão para acreditar nas virtudes do mercado do que os trabalhadores; estes, por sua vez, tenderiam a querer mais participação e mais poder nas relações em sociedade.

Os lugares de classe também têm influência, na medida em que limitam os recursos disponíveis para determinados rumos de acção. As práticas de classe modelam a consciência de classe, no sentido em que “interesses comuns de classe querem dizer que os indivíduos encontram escolhas estratégicas similares para melhorarem o seu bem-estar social” (*id. ibid.*: 392).

No modelo macro de análise, Wright refere que a estrutura de classes limita as possibilidades de formação de classes (esta estrutura impõe obstáculos e oportunidades a que um indivíduo é sujeito, nomeadamente a natureza dos interesses materiais, dos padrões de identidades, dos recursos distribuídos). Wright refere aqui Przeworski, que analisa a formação de partidos políticos. Este autor refere que a força eleitoral de determinados tipos de alianças seria determinada, em parte, pelos diferentes recursos de que as diferentes classes dispõem (por exemplo: o potencial de atrair elementos da classe média seria benéfico para os partidos, visto estes terem maiores recursos financeiros). A estrutura de classe limita, também, a luta de classes. A formação de classe selecciona meios de luta social. Por sua vez, as lutas sociais transformam a estrutura de classe, tal como as formações de classe. A ligação entre os dois modelos pode ser

apresentada referindo que “os processos micro constituem as fundações micro dos fenómenos macro, enquanto os processos macro medeiam os processos micro” (*id. ibid.*: 402); “os todos são constituídos pela soma e pela interacção das suas partes” (*id. ibid.*: 403).

Importa referir, também, o contributo de Bourdieu para esta análise. Para este autor, as relações entre uma variável dependente, como a opinião política, e variáveis independentes, como a idade ou a ocupação, tendem a simplificar o sistema completo de relações entre as variáveis. Existiriam toda uma série de características secundárias que não podem ser ignoradas, tais como o género e a etnia.

Existe uma forte correlação entre as posições sociais e as disposições dos agentes que as ocupam. Em relação à profissão tem que se ter em conta o “*milieu*” desta, que pode reforçar certas disposições, tanto como o efeito da possível carreira que se terá. “A homogeneidade de disposições associadas a uma posição, [...], resulta parcialmente de mecanismos que canalizam para determinadas posições indivíduos que já estavam ajustados a estas”; por outro lado, “o envelhecimento social não é mais do que a progressiva renúncia ou desinvestimento, [...], que leva os agentes a ajustar as suas aspirações às suas possibilidades objectivas” (Bourdieu, 1984: 110).

Há que atentar também que, “porque o capital é uma relação social, i.e., uma energia que só existe e que só produz os seus efeitos no campo em que é produzido e reproduzido, a cada uma das propriedades ligadas à classe é dado um valor e uma eficácia relacionados com as leis específicas de cada campo” (*id., ibid.*: 113). Para Bourdieu as diferenças primárias que distinguem as classes derivam do volume global de capital (tanto social como económico e cultural). No entanto existem características secundárias que têm que ser tidas em conta: as diferentes distribuições entre “os capitais”. “A propensão para votar à direita aumenta com o volume de capital possuído e, também, com o peso relativo do capital económico na composição de capitais” (*id., ibid.*: 438), registando-se o inverso no voto à esquerda. No entanto é, também, necessário compreender a evolução histórica destas propriedades, ou seja, a trajectória do grupo como um todo e a do indivíduo em questão. Uma orientação “pessimista” e relacionando-se com o passado, uma disposição reaccionária, ou uma orientação social “optimista” estão relacionadas fortemente com estas trajectórias.

Bourdieu refere, também, na sua análise de cultura e poder, que “a indiferença é só uma manifestação de impotência” (*id., ibid.*: 406). Ou seja, tal como a propensão para responder a uma sondagem, o interesse declarado em relação à política tende a crescer com um aumento do nível educacional e uma subida na hierarquia social. Por fim, Bourdieu refere que existem sistemas de classificação que contribuem para a existência de classes, ao reforçar

o efeito dos processos objectivos através das representações estruturadas de acordo com uma classificação (*id., ibid.*: 480).

Avançaria, agora, para correntes alternativas que apresentam, também, as questões relacionadas com as classes sociais. Segundo Savage, “os argumentos acerca da individualização de Beck, acerca da intersecção entre individualidade, estrutura e agência de Giddens, e sobre a construção da subjectividade individual de Rose têm um papel muito mais central na reflexão sociológica do que há algumas décadas atrás” (Savage, 2000: 7). Giddens refere que a “política de classe” perdeu importância face à crescente mobilização das pessoas, que apresentam o objectivo de melhorar as suas oportunidades de vida. Para Beck, “a classe perde a sua base subcultural e não é mais vivenciada” (Beck, 1992: 98). Para Postone, não existe espaço para uma teoria desenvolvida de classes, visto ser o sistema capitalista como um todo que exerce pressão sobre os seus membros. As classes seriam o efeito de processos estruturais e teriam pouca força independente. Para autores como Marcuse ou Habermas as classes trabalhadoras são estruturadas muito fortemente pelo capitalismo, o que dificulta que sejam elas a mudá-lo. Gramsci critica a abordagem económica determinista e centra o seu modelo na construção dos discursos. Críticas à noção de consciência de classe começam, também, com o impacto do feminismo e das questões relacionadas com a etnia. Os valores culturais seriam relativamente autónomos de determinantes económicos. Devine refere que muitos dos indivíduos nas suas pesquisas viam-se a si próprios como “normais”. Heath *et al.* (cit. em Savage, 2000) referem que existe, para além do eixo esquerda-direita (mais sugerido por Wright) um outro eixo: o eixo libertário-autoritário, que não corresponderia exactamente aos lugares de classe.

Para alguns autores, a base de classe do voto tem vindo a decrescer devido ao “aburguesamento” da classe operária, à extensão da mobilidade inter e intrageracional, a novas formas de diferenciação (etnia, género, sectores públicos e privados), ao incremento dos níveis de mobilização cognitiva e da capacidade de decisão com base nos “temas” e à importância crescente dos valores pós-materialistas (ver Evans, 1999: 6-7).

Importa ainda referir uma distinção importante elaborada por Mair: o voto de classe significa uma tendência para as classes sociais se aliarem a diferentes partidos numa dada eleição; a política de classe requer que as coligações persistam no tempo e se tornem institucionalizadas (*id., ibid.*: 1999: 86).

Centrar-me-ei, agora, nos modelos de comportamento eleitoral.

Segundo André Freire, existiria um modelo sociológico do voto. Este destaca as “condições sociais que configuram a democracia” (Freire, 2001: 9). É necessário estudar as condições sociais que explicam as divisões e os consensos políticos. Segundo Lipset, a

participação eleitoral é explicada pelos “pontos de contacto que o indivíduo mantém com a política governamental”, pelo “acesso à informação” e pela “pressão social no sentido da votação” (*id., ibid.*: 10). O modelo das clivagens estruturais apresenta a relação capital-trabalho como uma das principais clivagens. O alinhamento dos eleitores depende do posicionamento no sistema de clivagens e das acções de mobilização e socialização empreendidas pelas organizações sociais (*id., ibid.*: 27). Para Knutsen e Scarbrough, “o voto com base no sistema de clivagens consiste no efeito acumulado das posições na estrutura social e das orientações valorativas” (*id., ibid.*: 28). O conflito esquerda materialista-direita materialista baseia-se na defesa, pela esquerda, dum papel activo do Estado na prossecução de objectivos sociais, tais como a segurança económica, a segurança social e a igualização dos rendimentos, das condições de vida e das oportunidades; enquanto que a direita preconiza a defesa de um Estado fraco, pouco regulamentador e manifesta-se contra as noções de igualdade social e económica (Knutsen, 1995: 160-162).

Segundo o modelo sociopsicológico do voto, o anterior modelo não refere as oscilações regulares na participação e sentido de voto entre eleições. Existe, então, uma combinação entre as influências históricas e sociológicas e as atitudes dos eleitores em relação aos fenómenos políticos. O indivíduo é, aqui, a unidade de análise principal, e as atitudes políticas são importantes por estarem mais próximas do comportamento eleitoral. Segundo Campbell, outro conceito importante é o de identificação partidária: liga os indivíduos ao sistema político e partidário, contribuindo para a sua estabilidade. A identificação partidária, segundo o modelo de Michigan, é um mediador entre as clivagens sociais e as avaliações dos candidatos e dos “temas políticos”. Em muitos países europeus a “identificação partidária foi preterida em função do posicionamento dos indivíduos na escala esquerda-direita” (Freire, 2001).

“O modelo do eleitor racional apresenta os cidadãos relativamente libertos das determinações sociológicas e psicológicas, escolhendo os partidos que mais se adaptam às suas preferências políticas, em termos de políticas públicas” (*id., ibid.*: 59). O eleitor procura minimizar o emprego de recursos com vista a determinado objectivo. O impacto da posição objectiva é, também, mediado pelas fontes de informação.

O eleitor pode comparar as ideologias em vez das políticas, “economizando”, então, na sua análise. Menores níveis de informação sobre os partidos e as suas ideologias podem conduzir a uma maior abstenção. Noutros casos, a abstenção eleitoral pode ser compreendida como uma “recusa da legitimidade do sistema político”, ou como um “acto político”, estando aqui associada a altos níveis de integração social e política. As teorizações do voto económico podem compreender uma hipótese de responsabilização: os eleitores dão maior apoio aos

incumbentes no governo em períodos de prosperidade económica, penalizando-os em períodos recessivos (*id., ibid.: 77*). Existe, também, uma hipótese das prioridades políticas: os partidos de esquerda são beneficiados quando o desemprego cresce, os partidos de direita seriam beneficiados quando cresce a inflação. O voto económico, em Portugal, tem um impacto significativo nas opções dos eleitores, segundo Freire. No entanto, tem uma importância bastante mais reduzida do que as clivagens sociais.

O declínio recente das clivagens estruturais sobre o voto estaria associado, para além dos fenómenos já referidos, ao declínio da participação eleitoral, à crescente volatilidade eleitoral, ao aparecimento de novos partidos, entre outros factores. A hipótese de realinhamento eleitoral postula que estes fenómenos viriam a definir novos comportamentos por parte dos grupos sociais. O desalinhamento eleitoral reflecte um comportamento eleitoral sem especificidade, atendendo aos grupos sociais em presença. O modelo das novas clivagens aponta no primeiro sentido, o modelo funcional aponta no segundo.

As teses sobre a mudança dos valores estariam associadas a uma hipótese de escassez: os bens que abundam são os menos valorizados, os bens escassos os mais valorizados. Existiria, também, uma hipótese da socialização: “as prioridades valorativas dos indivíduos formam-se durante o respectivo processo de socialização primária” (Inglehart, 1990a: 249-250).

Nas sociedades “pós-industriais” existiria uma participação política mais autónoma e menos assente na mobilização externa. A participação política passaria mais por acções políticas extra-eleitorais (no caso português, Freire refere que estes actos têm níveis de participação muito baixos). No entanto, e a nível mais geral, o voto continua a ser “a forma privilegiada de ligação entre os cidadãos e os sistemas políticos” (Freire, 2001: 120).

Inglehart, no entanto, refere que “o novo eixo de polarização política não é exactamente perpendicular à tradicional clivagem esquerda-direita” (Inglehart, 1997: 246). Existe uma maior proximidade entre a “nova esquerda” e a esquerda tradicional do que entre estas e a direita e a “nova direita”. Em termos de base social haveria uma demarcação entre as duas orientações. No caso de posições mais à esquerda, a esquerda tradicional apresenta grandes apoios em níveis socioeconómicos baixos, a “nova esquerda” tem os seus maiores apoios na nova classe média. No caso de posições mais à direita, passar-se-ia exactamente o oposto.

Importa, aqui, desenvolver a abordagem de Inglehart. Este autor trata a cultura como uma variável por si importante: diferentes sociedades têm diferentes atitudes culturais, estando estas atitudes muitas vezes ligadas à viabilidade das instituições democráticas. As nações mais desenvolvidas em termos económicos tendem a ter níveis de confiança interpessoal e de satisfação política mais elevados. A tese materialista/pós-materialista baseia-se numa hipótese

de escassez (as prioridades duma pessoa reflectem o ambiente socioeconómico desta) e numa hipótese de socialização. Nas sociedades actuais verifica-se uma mudança intergeracional em termos de valores (pois há uma sensação de segurança física): uma maior ênfase dada à qualidade de vida e a valores de auto-expressão do que a normas religiosas, morais, sociais, políticas.

Boy e Mayer (cit. por Freire, 2001), na análise do eleitorado francês referem uma nova clivagem de classe: a diferença no voto de esquerda entre os trabalhadores independentes e os assalariados passou a ser mais importante do que a diferenciação entre trabalhadores manuais e não manuais. Esta última diferenciação tem vindo a decrescer. Outra clivagem refere-se aos trabalhadores do sector público e aos do sector privado: os primeiros votam mais à esquerda do que os segundos.

Freire conclui dizendo que estas novas clivagens, a serem realmente novas, passariam por “uma base sociológica e estrutural bastante menos nítida”, “por uma maior independência dos valores em relação às posições estruturais”. Do que decorre “uma muito maior volatilidade eleitoral” (*id., ibid.*: 145).

Capítulo 2: Classes sociais e voto partidário no tempo e no espaço

No presente capítulo irei contextualizar o meu objecto de estudo, referindo a inter-relação entre a estrutura de classes, a composição dos partidos e o voto partidário.

Importa começar por referir a composição da estrutura de classes portuguesa: esta comporta, actualmente, 11% de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL), 14% de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), 4% de trabalhadores independentes (TI), 2% de agricultores independentes (AI), 37% de empregados executantes (EE) e 28% de operários (O) e 1% de assalariados agrícolas (AA) (dados calculados a partir do Instituto Nacional de Estatística – a explicação metodológica é referida mais adiante). O declínio acentuado do sector primário e o aumento do sector terciário são factores que contribuem para a situação actual. O acréscimo dos EDL e PTE na estrutura de classes está relacionado com uma expansão de pequenas e médias empresas (PME) e com um aumento da qualificação profissional e posição organizacional dos trabalhadores (Reis, 2007: cap. II, p. 49).

O sistema de governo português pode ser considerado parlamentarista com correctivo presidencial ou semipresidencialista (*id., ibid.*: cap. I, p. 24). Quanto à evolução do

comportamento eleitoral, nota-se um declínio do PCP de 1976 até às eleições para a Assembleia da República de 1987, tendo este partido vindo a estabilizar e, inclusive, a aumentar a sua força eleitoral nos últimos anos. O CDS regista o mesmo comportamento, mas neste caso a estabilização tem início nas eleições de 1985. O PS e o PSD mostram uma alternância no governo desde 1976, tendo, a partir de 1983, registando um fortalecimento na constituição de maiorias estáveis (com algumas exceções recentes) (*id., ibid.*: cap. I, p. 29). A abstenção tem vindo a aumentar, de 8,3% nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, para cerca de 37,7% nas últimas eleições para a Assembleia da República. A abstenção de razão ideológica ou de pura indiferença não ultrapassará os 15% do eleitorado total. A abstenção flutuante, resultante de factores aleatórios de carácter pessoal, pode atingir os 32% (*id., ibid.*: cap. I, p. 31).

Segundo Gunther, os “partidos de massas” ou do tipo classista promoveriam a identificação partidária em torno de clivagens sociais; os “partidos eleitoralistas” seriam partidos do tipo “*catch-all*”, não conduzindo ao enraizamento da identificação partidária. O primeiro caso caracterizaria o PCP, o segundo caracterizaria o PSD e o PS. Estes últimos estariam mais propensos a atrair grupos heterogêneos de apoiantes, estando, no entanto, mais vulneráveis a altos níveis de volatilidade eleitoral. Os “partidos de massas” teriam uma base de apoiantes mais activos, mesmo durante os períodos entre as eleições. Os sindicatos serviriam como mobilizadores do apoio eleitoral. Dentro desta categoria, o PCP incluir-se-ia na definição de partido leninista: existiriam “pretensões proto-hegemónicas que levam à adopção de formas organizativas e normas de comportamento radicalmente diferentes” (Gunther, 2004: 50) das dos outros partidos de massas; existiria uma forma fechada, uma doutrinação ideológica dos militantes, um processo centralizado e autoritário de decisão. Os “partidos eleitoralistas” são fracos do ponto de vista organizacional. Os atributos pessoais dos candidatos e modernas técnicas de *marketing* são, aqui, primordiais. Existiria, também, uma ideologia vaga e superficial e uma orientação predominantemente eleitoral (o objectivo é a maximização dos votos, a vitória eleitoral e atingir a governação). O CDS-PP estaria mais próximo do modelo de partido programático: possui uma agenda ideológica mais consistente do que os partidos eleitoralistas, tendo uma base social mais definida e estando mais dependente da mobilização do seu eleitorado de base.

Segundo Freire, a partir de 1987 nota-se uma tendência maioritária no sistema partidário português: menos instabilidade nos gabinetes de governo, decréscimo do voto nos partidos dos extremos. A partir de 1987 e pelo menos até 2002, a norma tem sido o exercício do poder por partidos únicos. Temos, então, um sistema multipartidário fragmentado com

gabinetes instáveis (de 1976 até 1987), e uma tendência bipartidária de alternância no poder (uma lógica bipartidária) a partir de 1987 e até 2002. Esta tendência estaria relacionada, segundo Freire, com menores desigualdades sociais, com a exclusão sistemática do PCP do governo, com a associação negativa dada pelo eleitorado à instabilidade partidária. Jalali (referido por Freire) nota, pelo contrário, que esta tendência estaria associada a padrões mais “centrípetos” de competição pelo poder e com o desenvolvimento de estruturas cada vez mais fechadas de competição partidária.

Freire refere que, de 2002 até 2005, o sistema parece ter entrado numa terceira fase, que corresponderia à concentração do voto bipartidário, se bem que em menor grau do que anteriormente (o que poderá ser desmentido pela maioria absoluta do PS em 2005).

Freire adianta que é necessário distinguir entre “espaço de competição” e “domínio de identificação”, referindo-se o primeiro às dimensões ligadas aos votantes não identificados com partidos, e o segundo a “quais os eleitores que se identificam com partidos diferentes” (Freire, 2006a: 382). Este autor menciona que a dimensão étnico-cultural, em Portugal, não é relevante nos dois domínios. A dimensão de valores pós-materialistas não foi importante até 2002. No entanto, Freire refere a emergência do Bloco de Esquerda (BE) como um partido que torna relevante esta dimensão, nomeadamente no espaço de competição “à esquerda”. Em relação aos assuntos europeus, existiria um maior consenso entre PS e PSD do que entre os partidos situados mais nos extremos do espectro ideológico. Os assuntos socioeconómicos são bastante importantes nas divisões entre esquerda e direita. Os assuntos religiosos não têm tido, nos últimos anos, grande significado em relação à competição partidária (excepto quando são debatidas questões relacionadas com a moral).

As diferenças ideológicas entre PSD e CDS-PP foram, sempre, menores do que as diferenças entre PS e PCP.

Importa, agora, referir a influência das estruturas sociais e da economia nos realinhamentos eleitorais de 1983 a 1999, analisando, para isso, o estudo de Freire. Neste pretendia-se, “tendo em conta as limitações do modelo das clivagens, [...], testar também os efeitos da conjuntura económica sobre o sentido de voto dos eleitores” (Freire, 2002: 124). As eleições de 1983 pertencem, ainda, ao período de baixa volatilidade e de ausência de concentração do voto nos dois maiores partidos. Devido ao risco de falácia ecológica (a que aludiremos mais à frente na parte referente à metodologia), as extrapolações para o comportamento individual são consideradas meras aproximações. Parte-se da hipótese de que, “nos concelhos com maior integração religiosa e onde há maior peso relativo das classes proprietárias, haja também maiores proporções de voto nos partidos da direita (PSD e CDS)”

(*id.*, *ibid.*: 126). Hipótese inversa refere-se aos votos nos partidos de esquerda (PS e PCP). O impacto da clivagem urbano-rural é, segundo Freire, mediado pela estrutura de classes e pela religiosidade, pois os partidos de direita tendem a ter um forte apoio eleitoral nos espaços onde predomina a pequena propriedade agrícola (o campesinato), e os partidos de esquerda tendem a ter um apoio maior entre os assalariados agrícolas, em zonas de grande latifúndio.

Refere-se, como complemento ao modelo das clivagens, o modelo do “voto económico”, nomeadamente as hipóteses já aludidas das prioridades políticas e da responsabilização: onde se registem os piores indicadores económicos, os eleitores tendem a penalizar os partidos incumbentes (responsabilização) e nos concelhos com maiores taxas de desemprego os eleitores tenderiam a apoiar os partidos de esquerda (prioridades políticas).

No caso do CDS-PP, os factores de conjuntura influenciam muito pouco. Entre 1983 e 1991, este partido esteve melhor firmado nas áreas rurais com maior integração religiosa, onde existe uma proporção considerável de camponeses, e menos implantado entre os trabalhadores manuais do sector secundário e do sector primário. O impacto da taxa de desemprego no CDS-PP foi apenas significativo em 1995 e 1999, estando neste último caso possivelmente ligado a uma capitalização do descontentamento com o partido incumbente (PS, apesar do apoio dum deputado do CDS-PP). A partir de 1995, o voto no CDS-PP vem perdendo o carácter referido, mantendo-se, no entanto, estas variáveis como explicativas do voto. Esta perda é explicada pelo facto de o PSD ter atingido os anteriores bastiões do CDS-PP.

No PSD, o impacto dos indicadores económicos é, também, reduzido. A estrutura de clivagens fortaleceu-se no caso deste partido (o que pode sugerir outros efeitos que um partido *catch-all* apresenta no comportamento do eleitorado). Tal dever-se-ia ao facto duma mobilização de anteriores abstencionistas no Norte e Centro interiores e duma captação do voto do CDS-PP. Tal realinhamento não terá, então, “alterado tanto o equilíbrio de forças entre esquerda e direita, nomeadamente em termos de alinhamento dos eleitores, como a força relativa de cada um dos partidos na sua respectiva área ideológica-sociológica” (Freire, 2002: 134). A volatilidade eleitoral estaria mais relacionada com o eleitorado dos partidos individualmente e não tanto com a diminuição do impacto do sistema de clivagens (segundo Gunther a maior parte da volatilidade eleitoral das eleições de 2002 estaria relacionada com mudanças entre a direita e a esquerda, assunto que requer maior desenvolvimento neste estudo).

No caso do PSD, verifica-se uma menor implantação nas áreas com maior peso relativo da população semiurbana, dos trabalhadores não manuais do terciário e dos operários industriais. Verifica-se, também, uma menor presença em zonas de latifúndio e de menor presença da pequena burguesia agrícola (importa, nesta análise, analisar melhor estas componentes, tendo

em conta a tipologia de classes ACM, referida na metodologia). A taxa de desemprego tem uma relação com o voto no PSD, de acordo com a hipótese das prioridades políticas.

No caso do PCP, verifica-se que a determinação sociológica deste partido se encontra nos concelhos com maiores proporções de assalariados do sector terciário, de residentes em ambiente semiurbano e de indivíduos secularizados. O predomínio do latifúndio é por demais evidente. Existe uma maior implantação em zonas com maiores percentagens de operários industriais. Verifica-se, então, uma simetria na base sociológica entre o PSD/CDS-PP e o PCP.

Existe, também, uma tendência para uma maior incidência de voto no PCP segundo uma maior taxa de desemprego nos respectivos concelhos. O PCP receberia votos de protesto, nomeadamente relacionados com a subida do desemprego. Há que ressaltar que, segundo Cabral, “aquilo que verdadeiramente explica a correlação entre desemprego e sentido de voto é a posição de classe dos desempregados, e não o seu descontentamento face à gestão macroeconómica dos governos” (*id. ibid.*: 138).

O PS passa a ter maior implantação relativa em zonas de latifúndio e operariado agrícola, a partir de 1999. O carácter semiurbano, terciarizado e secularizado tem, tal como no PCP, poder explicativo no voto (principalmente em 1991 e 1995). Em 1999, o factor mais importante volta a ser o assalariamento industrial, relegando as características referidas para terceiro lugar, na ordem de factores explicativos do voto.

Podemos referir em parte que a redução da variância explicada pelas estruturas de clivagem no PS entre 1995 e 1999 (de 29% para 26%) é devida à implantação do BE em zonas urbanas. O governo do PS teria sido, também, responsabilizado pela subida do desemprego em 1998/1999.

Freire conclui dizendo que os níveis de volatilidade entre os blocos são significativos, mas que estes não foram suficientes para alterar significativamente a base sociológica e económica dos dois blocos ideológicos. Os dois partidos centrais reforçaram os seus perfis sociológicos e os partidos mais nos extremos viram diminuir as características sociológicas do eleitorado.

Importa referir, ainda, um outro estudo sobre as bases sociais do voto, neste caso na Suécia (país escolhido por ter um peso muito importante dos sectores terciário e do chamado terciário superior). Neste trabalho de Korpi, menciona-se que a diferença de voto no chamado “bloco socialista”, entre votantes da “classe trabalhadora” (aqui compreendida como operários) e empregados nos níveis intermédios, tem-se vindo a reduzir ao longo dos anos (esta tendência tende a acentuar-se nos votantes mais jovens). Tal facto é parcialmente explicado pelos autores como o resultado dum aumento, sobretudo, dos empregados executantes e da redução das diferenças nas condições de vida entre operários e empregados,

nomeadamente nas horas de trabalho, pensões, férias, entre outros. Defende-se, então, que não é “a dimensão do rendimento ou de padrões de consumo, mas as condições em que uma pessoa aufer o seu rendimento que são em última análise decisivas para as linhas políticas dos votantes” (Korpi, 1983: 215). Indo mais longe, os autores colocam a hipótese de “quando as necessidades mínimas são satisfeitas, as aspirações das pessoas podem crescer de modo a incluir uma procura de mais poder no local de trabalho, [...], estes esforços podem levar ao questionar da presente distribuição de poder numa economia” (*id., ibid.*: 215).

O designado grupo social I (que compreende tanto os empresários, dirigentes e profissionais liberais como os profissionais técnicos de enquadramento) tem, também, vindo a dar mais votos ao bloco socialista (a definição de grupo que o autor faz não permite distinguir quais as profissões que melhor definiriam esta relação). Este estudo refere, também, a importância do legado político e social dos indivíduos no seu comportamento eleitoral, sendo os trabalhadores que votam em partidos fora do bloco socialista os que tendem a ter heranças sociais e políticas “burguesas”. Facto curioso é a penetração, na Suécia, do voto comunista na classe média. O sector público tende, também, a votar mais à esquerda. Estes dois últimos pontos permitem referir outras influências relacionadas com o voto.

Uma das raras derrotas do Partido Social-Democrata (em 1976) é explicada, em parte, pela hipótese da responsabilização: nomeadamente devido à subida do desemprego. A política social não teria, então, atingido os seus objectivos, penalizando este partido

Importa referir, agora, uma melhor contextualização do termo “classe trabalhadora” e, mais especificamente, da problemática ligada ao operariado. Cabral refere que pode ser “a própria proletarização a produzir traços ‘urbanos’, mesmo em meio rural” (Cabral, 1983: 40). Tal como Freire, refere-se a distância entre o assalariado agrícola e o pequeno proprietário.

Para Ure, citado por Cabral, “o aumento do custo unitário da força de trabalho seria compensado pela intensificação do produto do trabalho por unidade de capital variável” (*id., ibid.*: 52). A introdução de tecnologia permitiria, assim, compensar a pressão dos trabalhadores pelo aumento salarial.

Cabral refere, também, Gurvitch, quando este diz que “quando mais forte é a luta de classes, menos perceptível é a multiplicidade de grupos no seio de cada classe” (*id., ibid.*: 68). Refere, ainda, a importância da fraca capacidade da escola para “inverter a perpetuação da estratificação social através de mecanismos a que sociólogos como Bourdieu deram o nome de reprodução” (*id., ibid.*: 70). Tal como em Wright, refere-se o reduzido número de amizades “interclassistas” entre os operários.

Wright mostraria que “segundo o nível em que se considerar que os assalariados participam na produção de mais-valia social, pode-se aumentar ou encolher significativamente o proletariado das sociedades industriais avançadas” (Cabral, 1983: 89). O proletariado poderia ser visto, assim, como não parando de aumentar, tanto nos escritórios, como nas fábricas da “periferia”. Para Touraine, o tipo de produção automatizada “deve diminuir a distância que separa os operários dos técnicos e de certas categorias de empregados” (*id., ibid.*: 107).

No entanto, há que referir que o operário passou a “apresentar-se na sociedade cada mais visivelmente como consumidor e não como produtor”; “certas privações são esperadas e aceites devido à compensação de salários altos”; determinados aspectos da situação de trabalho são, agora, vistos “como factores de constrangimento e limitação” (*id., ibid.*: 114). Para mais, os operários podem “perder os seus traços especificamente operários sem que por isso a sua situação de classe se veja transformada” (*id., ibid.*: 115).

Importa, finalmente, referir o estudo de Goldthorpe *et al.*, *The Affluent Worker*, de 1968. Neste estudo, refuta-se a sugestão feita por diversos autores de que a “riqueza transforma as orientações políticas e as lealdades partidárias dos sectores mais prósperos da classe trabalhadora” (Goldthorpe *et al.*, 1968: 2). Para isso estes autores vão analisar um ambiente social onde o “emburguesamento” seria mais provável: numa localidade próspera, com salários elevados, em novas urbanizações.

O partido trabalhista é o escolhido maioritariamente porque é o que permite “fazer mais pelo trabalhador comum”, aumentando o nível de vida e os salários. Ter-se-ia, então, uma ideologia “colectivista instrumental” por oposição à “solidariedade colectivista” dos meios operários mais “tradicionais”.

Mais do que o nível de rendimento seriam, antes, as “afiliações de colarinho-branco” e a pertença a sindicatos que diferenciariam o voto destes trabalhadores. Quanto mais longo é o período de sindicalização, mais existe uma propensão para votar trabalhista (se a relação é devida à socialização ligada à classe, se é devida à pertença ao sindicato, se existe uma inter-relação, é algo que na minha opinião poderia ser deixado em aberto). Os trabalhadores com influências passadas e presentes ligadas à classe média teriam uma menor propensão para votar trabalhista (a pertença a um sindicato influenciaria em maior medida estes trabalhadores, no que respeita ao voto no partido trabalhista). A importância está, então, nas mudanças relacionadas com a distribuição por indústria, ocupação e localidade, mais do que nos níveis de rendimento. A cidade dominada por uma indústria tende a desaparecer e a dar lugar a maiores inter-relações entre sectores económicos e entre bairros residenciais. Duma forma geral, o apoio direccionado para o partido trabalhista e sindicatos é alto, muito embora

mitigado pelos factores já referidos. Os motivos para esse apoio são também de natureza diferente: focalizam-se na melhoria das condições económicas da família nuclear do trabalhador. Contudo, e na esteira de autores referidos por Cabral, a relação entre motivos mais “egoístas” ou motivos mais “altruístas” na relação dos trabalhadores com os sindicatos e os partidos políticos é complexa.

Capítulo 3: Da teoria à prática, da prática à teoria

3.1: Metodologia

Importa, primeiramente, referir de que modo se vão operacionalizar as teorias, passar à prática, desmontando os conceitos, tornando-os mensuráveis, testando as hipóteses, construindo indicadores e índices. Deve-se definir, também, qual é a unidade de análise, o indivíduo ou o agregado familiar, e o grau de amplitude em que se deve ou não incluir os economicamente inactivos.

Partimos da hipótese formulada por Bourdieu, que refere: “a propensão para votar à direita aumenta com o volume de capital possuído e, também, com o peso relativo do capital económico na composição de capitais” (Bourdieu, 1984: 110). Temos, portanto, uma variável independente composta pelo grupo socioeconómico do indivíduo por concelhos e uma variável dependente que é a distribuição do voto entre a esquerda e a direita por concelhos.

O carácter analiticamente decisivo dos indicadores socioprofissionais advém da centralidade na produção e reprodução de desigualdades e diferenças de recursos, poderes e oportunidades, uma estruturalidade hoje amplamente testada e verificada. Os indicadores socioprofissionais dependem dum conjunto de operações teóricas e operatórias. Neste caso em particular, a tipologia de classe é a ACM (Costa, 1999: 226-245). Esta tipologia tem sete categorias principais. Cruzando os dois indicadores socioprofissionais, situação na profissão e profissão, obtém-se, para nove grandes grupos de profissões e três situações na profissão, o correspondente lugar de classe. Tal possibilita uma destrição melhor, por exemplo em relação à tipologia de Erik Olin Wright (referida posteriormente), pois permite uma melhor distinção entre pessoal dos serviços e pessoal do sector operário, distinguindo-se diferentes relações sociais que estas classes compreendem e o seu peso

crescente ou decrescente na evolução das sociedades contemporâneas. Analisa-se também a unidade indivíduo.

Para definir concretamente a tipologia de classe, recorri aos dados do INE (Instituto Nacional de Estatística), nomeadamente o quadro que indica a população residente, segundo o grupo etário, por grupo socioeconómico e sexo (para o total do país, para os distritos de Lisboa e Setúbal e para os concelhos correspondentes).¹ Este quadro permite analisar individualmente as ocupações, não tendo em conta o agregado doméstico, permitindo, assim, excluir os indivíduos com menos de 18 anos, pois estes não podem votar (de referir que o primeiro grupo etário contabilizado se refere a indivíduos entre os 15 e os 19 anos, não sendo possível distinguir dentro deste grupo o número de indivíduos com uma ocupação principal a não ser a de estudante e outras categorias de inactivos, que não excedem, no entanto, os 20 % dos grupo etário).²

Analisaram-se os distritos de Lisboa e Setúbal, pois estes têm valores de população substanciais e têm concelhos suficientemente heterogéneos em termos de estrutura de classes e distribuição do voto.

Os inactivos foram calculados através do quadro 6.18 dos Censos de 2001, que se refere à população residente, segundo o grupo etário, por grupo socioeconómico e sexo, e que permite excluir os menores de 20 anos.³ Para se saber o total da população residente com mais de 18 anos utilizou-se o quadro 6.02, que se refere à população residente por grupo etário, diminuindo-se aos totais de população os menores de 18 anos. Da análise dos resultados adveio outra distinção, que se prende com a classe social “operários”. Esta engloba operários e artesãos, pois existe uma correspondência entre a categoria operários no quadro 6.18 e a CNP (classificação nacional de profissões). Esta refere explicitamente artesãos como uma subcategoria de um dos grupos de profissões (esta distinção é importante na análise subsequente dos dados). O quadro que se refere à população residente empregada é o 6.34. Para o cálculo da pensão média por concelhos recorreu-se aos quadros II 6.2 e II 6.3 do *Anuário Estatístico de Lisboa*, respectivamente, pensionista por invalidez, velhice e sobrevivência por município, e pensões pagas pela Segurança Social por município (dados de 2005). Esta análise permite distinções entre os

¹ De modo a comparar os dados do distrito referidos no STAPE há que somar a estrutura de classes por NUTS III que, segundo a nova reforma administrativa, dividiu alguns concelhos dos distritos pelas NUTS III do Oeste, da Lezíria do Tejo e do Alentejo Litoral.

² Esta percentagem obteve-se diminuindo os activos deste quadro, neste grupo etário, aos totais do mesmo grupo etário.

³ De referir que os inactivos contabilizados não englobam os indivíduos com 18 e 19 anos, muito embora estes possam votar. Devido a constrangimentos de tempo não foi possível encomendar uma análise detalhada por ano.

pensionistas, permitindo inferir, também, o peso do sector primário em termos históricos, como referido na análise dos resultados.

Parte-se do pressuposto que os estudantes e domésticos sofrem influência da estrutura de classes analisada, não deixando de poder assumir características independentes desta. A categoria dos inactivos é, assim, sobretudo analisada através da pensão média auferida da categoria *pensionistas*.⁴

Importa, agora, descrever as categorias socioprofissionais da tipologia ACM. Os EDL (empresários, dirigentes e profissionais liberais) foram definidos somando os empresários e pequenos patrões para encontrar a componente “E”, somando os directores e quadros dirigentes do Estado e empresas e os directores de pequenas empresas e organizações para definir a componente “D” e somando os profissionais intelectuais e científicos independentes e os profissionais técnicos e intermédios independentes para definir a componente “L”. Os PTE (profissionais técnicos e de enquadramento) foram definidos somando-se os quadros intelectuais e científicos e os quadros técnicos intermédios.

Os TI (trabalhadores independentes) são trabalhadores industriais e artesanais independentes e prestadores de serviços e comerciantes independentes. Os AI (agricultores independentes) são trabalhadores independentes do sector primário.

Os EE (empregados executantes) são quadros administrativos intermédios, empregados administrativos do comércio e serviços e trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados. Os O (operários) são operários qualificados, semiqualificados e não qualificados. Os AA (assalariados agrícolas) são assalariados do sector primário e trabalhadores não qualificados do sector primário.

Foram ainda analisadas as relações entre pequenos patrões da indústria, comércio e serviços/empresários da indústria, comércio e serviços; a relação entre pequenos patrões da indústria/pequenos patrões do comércio e dos serviços (permitindo ver a distribuição desta subcategoria entre sector secundário e o terciário); a relação entre empresários do sector primário/empresários da indústria, comércio e serviços (permitindo ver a distribuição desta subcategoria entre o sector primário e o sector secundário e o terciário juntos); pequenos patrões do sector primário/pequenos patrões da indústria, comércio e serviços; EE/O (analisa-se a distribuição entre os concelhos numa faixa da população activa maioritariamente ligada ao sector terciário e uma outra relacionada com o sector

⁴ De referir que o número de inactivos seria sensivelmente semelhante se tivéssemos analisado o quadro 4.06 para definir a estrutura de classes. O ligeiro peso menor dos inactivos neste cálculo é considerado compensado pela exclusão dos menores de 20 anos no presente cálculo.

secundário); O qualificados/O não qualificados; EE qualificados/EE não qualificados (permite inferir o tipo de sector terciário dominante); proprietários/não proprietários (relação entre trabalhadores por conta de outrem e por conta própria).

Para analisarmos a distribuição do voto no país e nos distritos e concelhos da Grande Lisboa importa, para além de aferir o peso relativo de partidos específicos do espectro partidário no voto, contabilizar a relação de forças entre a esquerda (composta pelos partidos PS, PCP, BE, MRPP e POUS) e a direita (composta pelos partidos PSD e CDS-PP) e o peso relativo dos partidos situados à esquerda do PS (PCP, BE, MRPP, POUS) e à direita do PSD (CDS-PP). Os números da abstenção devem, também, ser tidos em conta.

3.2: Análise dos resultados

Quando analisamos a estrutura de classes do país e a do distrito de Lisboa começa-se por notar que o peso dos EDL e PTE sobe e o dos TI e AI desce (ver quadro 1, estrutura de classes).⁵

Quadro 1: Classes sociais no país, nos distritos de Lisboa e Setúbal e respectivos concelhos (%)

Classes País, distrito, concelhos	EDL	PTE	TI	AI	EE	O	AA
País	11,6	14,1	4,2	2,1	32	28,8	1,7
Distrito de Lisboa	13,1	19,6	3,3	0,4	39,6	17	0,6
Distrito de Setúbal	11	15,5	3,9	0,6	37	23,6	1,4
Lisboa	15,6	28,2	2,5	0,1	41	14,3	0,3
Amadora	11,2	18,2	3,4	0,01	44,2	20	0,3
Odivelas	11,1	15,1	3,8	0,01	43,9	21	0,29
Cascais	16,1	21,8	3,2	1,2	38,8	13,7	0,7
Oeiras	15,4	7,6	2,4	0,01	37,1	11,4	0,4
Sintra	11,8	16,2	3,4	0,3	45,6	20,8	0,5
Loures	11,2	15,7	3,5	0,2	40,5	23	0,4

⁵ Para facilidade de leitura os números referidos daqui em diante referem-se a percentagens, salvo indicação em contrário.

	EDL	PTE	TI	AI	EE	O	AA
Mafra	15	10,3	5,2	2,6	30,1	25,3	1,1
Arruda dos Vinhos	13,8	11,4	7	2	29,7	23,4	1,3
Vila Franca de Xira	9,7	15	3,2	0,2	40,23	23,1	0,4
Sobral de Monte Agraço	10,7	8,17	7,1	3,1	31,2	29,8	2
Torres Vedras	14	10,5	5,5	3	28,5	26,3	2,4
Alenquer	10,4	9,8	4,3	1,5	29,7	30,6	1,8
Azambuja	9,4	8,3	3,4	1,7	33,3	28,8	2,9
Lourinhã	13,2	7,1	5,1	7,4	25,7	25,2	5,6
Cadaval	9,9	6,7	5,3	5,6	25,5	30,5	2,8
Setúbal	11,2	17,3	3,6	0,3	35	24,7	1,2
Almada	12,4	19,3	3,4	0,1	41,7	19,2	0,7
Seixal	10,9	15,8	3,9	0,1	39	22	0,4
Barreiro	9,4	17,5	3,14	0,1	42,8	2,4	0,4
Moita	8,9	12,7	3,6	0,02	38,8	31	0,9
Alcochete	11,7	14,1	3,6	1,4	36	29	3,4
Montijo	11,3	12,7	4,7	2	32,3	27,8	3,5
Sesimbra	14	11,5	5,4	0,5	35	22	3,2
Palmela	11,7	12	4,3	1,7	28,7	27,8	2,3
Alcácer do Sal	9,1	6,1	4,4	0,01	28	25,3	4,5
Grândola	8,9	8,3	5,2	4	24,1	21,2	3,7
Santiago do Cacém	8,5	13	4,9	3	31,4	24	2,4
Sines	10	13	4	1,1	32	23,5	4,3
Freguesia de Cascais	21,7	23,5	2,8	0,2	37	8,4	1,1
Freguesia de São Domingos de Rana	11,5	15,3	3,8	0,1	38,2	19,3	0,5

Os EE têm um peso consideravelmente superior aos O no distrito de Lisboa. A esquerda do PS regista um aumento de cerca de 30% em relação ao país (ver quadro 2, distribuição do voto).

Quadro 2: Voto partidário no país, nos distritos de Lisboa e Setúbal e respectivos concelhos (%)

Voto País, distrito, concelhos	Esquerda (2002)	Direita (2002)	Esquerda do PS (2002)	Direita do PSD (2002)	Esquerda (2005)	Direita (2005)	Esquerda do PS (2005)	Direita do PSD (2005)
País	48	49	10,5	8,82	60,4	36,8	14,8	7,4
Distrito de Lisboa	44,1	44,2	13,5	8,6	63,7	32,7	19,6	9,1
Distrito de Setúbal	65,7	31,8	26,4	7,1	75,3	21,8	31,6	5,8
Lisboa	50,5	46,9	12,9	8,9	60,3	36,2	17,8	10,7
Amadora	58,1	38,8	17,1	8,1	69,4	27,1	22,6	6,7
Odivelas	55,2	41,8	13,4	8,4	67,2	29,1	19,8	6,7
Cascais	44,7	52,6	11,3	10,5	54,7	41,3	16	13,3
Oeiras	49,4	47,4	13,4	8,6	59,2	36,9	18,3	11,1
Sintra	53,8	48,8	14,3	9,3	66,8	30,1	21	8
Loures	59,7	36,7	18,6	7,3	70,6	25,8	24	6,3
Mafra	43,6	52,9	7,6	8,9	56,6	39,2	12,9	7,3
Arruda dos Vinhos	54	42,7	12,4	6,2	67	29,8	17,31	5,8
Vila Franca de Xira	65,3	31,9	21,6	6,8	75,2	21,7	27,2	5,5
Sobral de Monte Agraço	60,7	36,2	23,2	7,5	70,6	25,8	25	6,2
Torres Vedras	48,4	49,1	9,8	7,7	59,5	36	15,2	7,4

	Esquerda (2002)	Direita (2002)	Esquerda do PS (2002)	Direita do PSD (2002)	Esquerda (2005)	Direita (2005)	Esquerda do PS (2005)	Direita do PSD (2005)
Alenquer	60,7	36,3	16,1	6,7	71,2	25,9	20,6	6
Azambuja	62,6	33,9	18,3	7,2	74,8	22,2	23,3	5,1
Lourinhã	31,9	65,1	4,2	11,2	45,3	50,5	7,9	10,1
Cadaval	43,2	53,7	5,6	8,4	56,2	40,1	9,8	7,3
Setúbal	61,9	36	24,1	8,3	72,2	24,8	29,1	7,1
Almada	63,6	33,7	23,8	7	72,7	24,2	28,8	6,3
Seixal	62	33,7	24,8	8,1	73,7	23,2	30,2	6,4
Barreiro	74,5	23,3	33,5	5,2	82,3	15,3	39,5	3,8
Moita	71,2	25,5	35,7	6,4	80	16,7	41,7	4,2
Alcochete	66,7	31,2	23,5	6,8	75,7	21,1	30,5	5
Montijo	60,3	37,2	18,9	7,4	71,6	25,3	24,8	6
Sesimbra	59,9	37,2	20,9	8,4	71,6	25	27,4	6,5
Palmela	63,6	33,7	25,9	7	74,8	21,9	30,6	6
Alcácer do Sal	77,9	19,6	34,5	4,2	85,5	12,47	32	3,2
Grândola	73,4	24,8	30,6	3,4	81,4	16,8	34,6	3
Santiago do Cacém	66,8	31	26,4	5,9	75,8	21,4	30,6	5,4
Sines	67,6	29,7	27,6	5,7	78,5	18,9	32,6	4,5

Regista-se uma ligeira subida do CDS-PP em relação ao país. Já o distrito de Setúbal segue as mesmas tendências do de Lisboa, com a descida, no entanto, dos EDL e um maior peso relativo dos EE e O. Neste distrito o peso da esquerda do PS no voto ascende a percentagens consideráveis. A direita do PSD regista um menor peso no voto do que em Lisboa (ver dados para os dois distritos no quadro 2). O PCP apresenta um voto muito estável, tanto em termos absolutos como relativos. O PP mantém-se na casa dos 8% em Lisboa. Existe,

de facto, um aumento do voto na direita em Lisboa (face a Setúbal). De registar um aumento do voto no BE, que duplica o seu eleitorado de 2002 para 2005, em ambos os distritos e, também, a nível do país.

A um aumento percentual dos operários em Setúbal corresponde um aumento do voto à esquerda. No entanto, a relação não é tão directa, visto a percentagem de operariado ser consideravelmente menor em Lisboa do que no país, registando-se uma subida do voto à esquerda do PS (a soma dos EE e O mantém sensivelmente o mesmo peso).

O concelho de Lisboa regista uma estrutura de classes onde o peso relativo dos PTE sobe em relação ao distrito. Os EDL mantêm o seu peso, verificando-se uma diminuição dos EE e O (ver quadro 1 para Lisboa). De notar que os inactivos com mais de 18 anos ascendem a 45% do total da população, notando-se que apenas uma parte destes podem assumir a posição de classe que detinham quando da sua integração na população activa.

Em relação ao distrito de Lisboa é de registar que existe uma diminuição do peso da esquerda do PS e um aumento do CDS-PP. O peso do total da esquerda em 2005 é menor e o do total da direita é maior (ver quadro 2). Na Amadora o peso dos EDL e PTE desce, e 64,2% da população é EE ou O, valor superior ao de Lisboa (55,3) ou do distrito (60,6). A Amadora regista um aumento do voto à esquerda do PS, quer em relação a Lisboa quer em relação ao distrito (ver quadro 3):

**Quadro 3: Voto na esquerda do PS
na Amadora, em Lisboa e no distrito**

Voto Concelhos, distrito	Esquerda do PS
Amadora	17,1 (2002) 22,6 (2005)
Lisboa	12,9 (2002) 17,8 (2005)
Distrito	13,5 (2002) 19,6 (2005)

Já o CDS regista um total de 6,6% dos votos em 2005.

Odivelas tem uma estrutura de classes muito similar à Amadora, mantendo-se valores substanciais de voto à esquerda do PS. No entanto, é de referir que em 2002 o peso relativo do PS é maior do que o mesmo peso na Amadora. Diferenças que podem advir da estrutura dos

inactivos. De registar que em Odivelas “apenas” 30% da população com mais de 18 anos é inactiva; no entanto, na subcategoria dos pensionistas, Odivelas regista uma pensão média considerável de 801 euros (ver quadro 4, pensões).

Quadro 4: Pensões médias por concelhos (euros)

Concelhos	Pensões	Concelhos	Pensões	Concelhos	Pensões
Lisboa	583	Sobral de Monte Agraço	375	Barreiro	597
Amadora	588	Torres Vedras	379	Moita	532
Odivelas	801	Alenquer	388	Alcochete	458
Cascais	666	Azambuja	416	Montijo	432
Oeiras	735	Lourinhã	431	Sesimbra	525
Sintra	600	Cadaval	341	Palmela	502
Loures	577	Setúbal	564	Grândola	394
Mafra	451	Almada	567	Santiago do Cacém	413
Arruda dos Vinhos	375	Seixal	601	Sines	457

Podemos apenas concluir que existem outros factores que explicam esta constatação.

Cascais apresenta a percentagem menor de O a seguir a Oeiras (13,7). Tem, também, a maior percentagem de EDL e a terceira maior de PTE (a seguir a Oeiras e a Lisboa). O CDS-PP atinge 10,3% dos votos em 2002 e 12,5% dos votos em 2005, sendo dos poucos concelhos em que existe um aumento da votação neste partido (numa tendência geral de descida). A esquerda no seu conjunto desce abaixo dos 60% (54,7), enquanto que nas eleições de 2002 perdia claramente para a direita (44,7 face a 52,6). A esquerda do PS regista valores próximos dos do concelho de Lisboa (ver quadro 2). De registar que, tal como em Lisboa, o BE ultrapassa em votos o PCP. Cascais regista a maior votação no CDS de todos os concelhos analisados e a terceira maior votação no PSD.

É de referir que, das eleições de 2002 para as de 2005, se regista, em termos gerais, um aumento considerável de votos no PS e na esquerda em geral e uma descida considerável dos votos na direita partidária. No entanto, os dados referidos mostram algumas estabilidades, nomeadamente do PCP e do CDS-PP (neste último caso em alguns concelhos, de que Cascais é o exemplo por excelência).

No concelho de Cascais é interessante, também, referir os dados para duas freguesias com composições de classe substancialmente diferentes: Cascais e São Domingos de Rana (ambas têm valores absolutos de população superiores a alguns concelhos do distrito). A freguesia de Cascais apresenta percentagens altas de EDL e PTE, tendo uma percentagem muito baixa de O (ver quadro 1). As votações no CDS-PP são de 12,5 em 2002 e de 18,5 em 2005; as do PSD de 49,2 em 2002 e de 32,1 em 2005. A votação no BE é, também, considerável em 2005 (6,8). A do PCP mantém-se entre 3 e 4%. Pode-se referir uma possibilidade de o BE penetrar mais facilmente em eleitorados das novas classes médias e nos EE, notando-se uma possível relação entre operariado e PCP (esta última relação apresenta várias mediações, como veremos mais à frente). Em São Domingos de Rana existe um menor peso dos EDL e PTE e um maior peso de O, face ao distrito. O operariado atinge 19,3% e os EE 38,2%. Ambos os partidos à esquerda do PS atingem valores próximos dos 10%, sendo a votação no PS maioritária em ambas as eleições (2002 e 2005).

Oeiras tem uma percentagem substancial de PTE e de EDL. Tem 11,4 de O (muito similar a Lisboa) e um pouco mais de EE face a Lisboa. Tanto Oeiras como Cascais e Lisboa têm estruturas de classe aproximadas, registando-se a mesma relação no voto. Nestes casos a esquerda atinge 60% ou menos dos votos em 2005, registando-se valores próximos de votação (na comparação entre concelhos) na direita em 2002. A direita do PSD regista valores entre 9 e 13,5, a esquerda do PS entre 11 e 18%. O BE está acima do PCP em qualquer um dos concelhos.

Sintra apresenta a menor proporção de inactivos do distrito (cerca de 27%). Segue uma distribuição muito similar à média do distrito no que se refere ao peso dos EDL e PTE. No entanto, existe um peso superior no que se refere a EE e O. O peso dos EE é o dobro dos O. Tanto BE como PCP têm bons resultados em Sintra (ver quadro 2). O voto mantém-se estável no PCP, registando o BE uma duplicação da votação quando comparadas as eleições em análise. Ainda assim existe uma votação de 9% no CDS em 2002. Tal facto careceria de maior investigação. No entanto, pode-se aventar o peso do PSD, que não é muito considerável (quando comparado com outros concelhos) na relação de forças à direita, tal como referir a possível influência de determinadas zonas em Sintra ligadas à propriedade e à pequena

propriedade (esta última hipótese não foi possível verificar ao ter-se feito uma análise ao nível das freguesias).

Loures tem menos EDL e PTE que a média do distrito. A percentagem de O e EE é muito similar à de Sintra e, tal como em Sintra, a votação à esquerda do PS é substancial. O PSD desce abaixo dos 20% dos votos em 2005, enquanto que o CDS mantém resultados entre os 6 e os 7%. O PCP regista entre 13 e 14% dos votos. O peso do PCP em Loures é maior por referência a Sintra. Tal factor pode dever-se à especificidade do concelho, à influência do PCP, ou a uma maior proporção de EE não qualificados em Loures do que em Sintra (relação de 2 em Loures e de 3,1 em Sintra). De qualquer modo, a distribuição do voto segue padrões similares.

Mafra tem um padrão de estrutura de classes diferente dos analisados até este momento. Os EDL ultrapassam em percentagem os PTE, os TI têm um peso relativo maior e os EE e O aproximam-se em termos de peso percentual. Os AI têm, também, um maior peso relativo, tal como os AA (ver quadro 1). A percentagem de EE e de O desce substancialmente em relação a Sintra. No entanto a percentagem de O é substancial. Mafra tem, também, a distribuição do voto mais conservadora analisada até ao momento. O PCP tem valores entre os 3 e os 5% e o BE entre os 3 e os 7% (2002 e 2005 respectivamente). Em 2002, a percentagem de votos à direita era superior à dos votos à esquerda. O CDS-PP teve 9% em 2002 e 7% em 2005. O PSD regista valores acima dos 30% em ambas as eleições.

Importa analisar mais em detalhe o operariado em Mafra, de modo a conferir esta relação. Desde logo nota-se que as velhas classes médias assumem uma proporção maior do que nos outros concelhos, tendo os EDL (burguesia) um peso maior do que os PTE. A relação entre trabalhadores por conta própria e trabalhadores por conta de outrem é de 2,8 (por cada trabalhador por conta própria existem 2,8 trabalhadores por conta de outrem), enquanto, por exemplo, em Loures esta relação é de 5,3. Quando analisamos a componente com mais capital económico, a burguesia, verificamos que a relação entre pequenos patrões (a componente E com menos de 10 trabalhadores em sentido lato, incluindo patrões) e os designados pelo INE como empresários (a componente E com mais de 9 trabalhadores em sentido lato) é de 12, ou seja, por cada empresário existem 12 pequenos patrões, a larga maioria destes trabalhando no sector do comércio e serviços. Já, por exemplo, em Vila Franca de Xira (que tem a maior votação no PCP do distrito), esta relação é de 7,2 (ver quadro 5, na página seguinte).

Quadro 5: Relações entre empregados por conta de outrem e por conta própria e entre pequenos patrões e empresários

Relações Concelhos	Conta de outrem/conta própria	Pequenos patrões/empresários
Vila Franca de Xira		7,2
Mafra	2,8	12
Loures	5,3	

Poderíamos avançar, então, que uma parte importante do operariado em Mafra seria aproximado ao artesão (a categoria operário inclui artesãos, segundo a correspondência feita com a classificação nacional de profissões), tendo este possivelmente um voto mais conservador (quando referimos a esquerda do PS, pois o este partido tem um voto expressivo). O factor biactividade poderá, também, estar relacionado com o peso dos pequenos patrões e dos trabalhadores por conta própria (carecendo esta relação de confirmação). Importa referir que estas hipóteses não são, no entanto, confirmadas no Alentejo Litoral, que tem uma estrutura de pequenos proprietários, pelo que é necessário mencionar que a pequena propriedade agrícola e factores como a influência dos partidos e/ou ideológicas terão um papel mais importante quando explicamos as diferenças registadas entre os concelhos do Oeste e os do Alentejo Litoral. Outro dado importante é o da pensão média auferida pelos pensionistas do concelho: 451 euros, uma pensão baixa, quando se compara esta com os concelhos mais industrializados dos distritos de Lisboa e de Setúbal. Regista-se, de facto, uma ligação entre a pensão média e o peso relativo do sector primário em termos históricos (ver quadro 4). A influência ideológica do meio familiar (facto estabelecido no estudo sobre a Suécia atrás referido) poderá explicar, também, em parte esta relação, carecendo esta afirmação de confirmação.

Arruda dos Vinhos tem uma votação de 67% na esquerda, tendo uma relação pequenos patrões/empresários de 7, próxima da de Vila Franca de Xira. No entanto, tem menos 10% de EE (face a Vila Franca) e 3% de PTE, tendo um peso de 4,7 de TI. Esta descida dos EE pode relacionar-se com o menor voto na esquerda do PS face a Vila Franca de Xira. Este concelho regista uma estabilidade do voto no PCP. Este é o segundo partido mais votado, registando a

esquerda um total de 75,2% dos votos. O CDS-PP regista um valor de cerca de 5%. O PSD regista 16,7% dos votos em 2005 (em 2002 registava 25,1). Sobral de Monte Agraço regista uma baixa percentagem de PTE e regista uma percentagem de operários alta (ver quadro 1). A esquerda do PS tem, também, um resultado expressivo.

Torres Vedras tem uma estrutura de classes muito similar a Mafra, tendo uma relação entre pequenos patrões e empresários de 11. A composição de classes pode ser vista no quadro 1, nomeadamente os valores para Torres Vedras e Mafra. A pensão média é de 451 euros em Mafra e de 379 euros em Torres Vedras. O comportamento eleitoral é, também, muito similar (ver quadro 2, na comparação entre Torres Vedras e Mafra).

Alenquer regista um peso dentro da média de AI e TI, e um peso reduzido de EDL. É dos poucos concelhos onde os operários ultrapassam em termos percentuais os EE. O PSD desce abaixo dos 20% e o CDS-PP tem entre 5,8 e 6,5%. A votação à esquerda do PS está dentro da média do distrito, verificando-se uma descida clara da direita e particularmente do CDS-PP. A Azambuja apresenta um peso reduzido de PTE e EDL (ver quadro 1). A estrutura social assemelha-se a Alenquer, havendo uma distribuição do voto ainda mais pronunciada à esquerda.

A Lourinhã é um caso interessante, pois é um exemplo duma estrutura mais conservadora em termos de voto (em ambas as eleições a direita regista uma maioria). Em 2002 alcança 65,1% dos votos e, em 2005, 50,6. O PSD é o partido mais votado, com o CDS-PP a registar entre os 9 e os 11%. O BE ultrapassa o PCP (característica de concelhos com votações expressivas à direita), chegando este último partido a registar apenas 2,6% dos votos em 2005. Se analisarmos a estrutura de classes, verifica-se uma descida clara (2,5 vezes menos) dos PTE face à média do distrito (19,6 de média face a 7,1 neste concelho). Os EE descem 14% face à média do distrito (comparando com Sintra, por exemplo, os EE têm um peso relativo de quase metade). Os TI e AI registam valores acima da média (TI, 5,1; AI, 7,4). Os AA são 5,6%, e têm um peso 9,3 vezes maior do que a média do distrito que é de 0,6. Deste quadro ressalta, desde logo, a importância do sector primário no concelho e o peso considerável das classes proprietárias. Os EDL são 13,2%, com uma expressiva maioria de pequenos patrões (por cada empresário existem 21,7 pequenos patrões). Os 25,2% de operários teriam, então, características próximas dos de Mafra, existindo neste caso uma proporção consideravelmente maior de pequenos patrões do que em Mafra, o que pode estar relacionado com a descida do voto à esquerda do PS (ver quadro 6, na página seguinte)

Quadro 6: Voto na esquerda do PS na Lourinhã e em Mafra

Voto Concelhos	Esquerda do PS
Lourinhã	4,2 (2002); 7,9 (2005)
Mafra	7,6 (2002); 12,9 (2005)

De referir, também, o peso dos inactivos, que é de 39%, sendo a maioria pensionistas com pensões médias de 431 euros. Até ao momento, registam-se duas estruturas de classe com relações com o voto à direita. Nos concelhos mais ricos o peso dos EDL poderia ser determinante para este resultado, a par de concelhos mais pobres, em que a influência da pequena propriedade é importante (esta última relação não é verificada nos concelhos do Alentejo Litoral). A existência dum aumento significativo de EE parece estar relacionada com o voto à esquerda. Há que notar, no entanto, as sociabilidades diferentes de um EE em Sintra ou na Lourinhã, a par de EE que têm um percurso de mobilidade social ou de reprodução social. Ou seja, um EE em Sintra poderá ter muitos membros da sua família com a mesma posição de classe que ele, enquanto um EE na Lourinhã poderá ser o primeiro em gerações.

O Cadaval tem uma estrutura similar à da Lourinhã, registando uma descida ainda maior de PTE (são 6,7%). Os EDL têm uma relação entre pequenos patrões e empresários de 12,8. De referir que o concelho do Cadaval tem 45,8% de inactivos e 37% de abstenção em 2005, o que torna mais complicado explicitar correspondências. No entanto, regista-se o facto de o concelho apresentar uma distribuição de voto mais similar a Mafra e à Lourinhã.

O distrito de Setúbal, apresenta (como já referido), em média, menos EDL face a Lisboa, menos PTE e EE, e um maior peso do operariado. O voto no PCP sobe e o voto no CDS-PP desce.

Importa comparar as estruturas de classe em Almada, as do Seixal e as de Setúbal, pois as distribuições dos votos não são muito díspares. Os três concelhos têm percentagens muito parecidas de EDL, PTE e TI. A relação entre pequenos patrões e empresários, a relação entre EE qualificados e EE não qualificados e a relação entre não proprietários e proprietários é similar em Almada no Seixal e em Setúbal (ver quadro 7).

Quadro 7: Estrutura de propriedade, qualificações e peso do sector terciário na população activa

	Peq. patrões/empresários	EE qual./ EE não qual.	Não prop./prop.	EE/O	O qual./ O não qual.
Almada	4,2	2,6	6,8	2,2	8,8
Seixal	5	2,8	6,6	1,8	7,3
Setúbal	4,3	2,3	6,5	1,5	5,4

Todos estes concelhos têm relações EE/O substanciais; no entanto, verifica-se um maior peso do sector terciário na população activa em Almada do que no Seixal ou em Setúbal. A relação entre operários qualificados e não qualificados é também diferente (ver quadro acima). O Seixal é, destes três, o concelho com maior peso relativo da indústria (relação entre empresários dos serviços e comércio/empresários do sector secundário: 2,5 em Almada; 2,4 em Setúbal; e 1,9 no Seixal).⁶ Em traços gerais, a influência da estrutura da propriedade, relacionada com percentagens significativas de EE e O e com os EDL entre os 11 e os 12% tendem a explicar estas similitudes no voto. Há que referir que os números da população inactiva variam substancialmente (29 no Seixal, 34,6 em Setúbal, 39,2 em Almada).

O Barreiro apresenta uma menor percentagem de EDL, quando o comparamos com os dados dos últimos três concelhos analisados (ver quadro 1). Quando analisamos a distribuição do voto verifica-se que cerca de metade dos votos à esquerda estão distribuídos entre PCP, BE, MRPP e POUS. O PSD desce abaixo dos 12% e o CDS-PP abaixo dos 4%. A relação entre pequenos patrões e empresários é menor do que nos concelhos referidos acima e a relação entre não proprietários e proprietários é maior. O peso do operariado em relação aos EE é aproximado ao existente no Seixal. Na Moita, a relação pequenos patrões/empresários e a relação entre proprietários e não proprietários é ainda menor do que no Barreiro (ver quadro 8, na página seguinte).

⁶ Há que referir que a relação entre classe social e o peso produtivo (de *output*) dos sectores não é directa. Exemplo é o da Lourinhã comparada com Grândola. Ambos os concelhos têm percentagens de EE similares mas o sector terciário tem um maior peso em Grândola do que na Lourinhã, sendo este último concelho maioritariamente dominado pelo pequeno comércio, a pesca e a agricultura.

**Quadro 8: Relações entre pequenos patrões e empresários
e proprietários e não proprietários**

	Peq. patr./empr.	Prop./não prop.
Moita	3,2	7,9
Barreiro	3,4	8,7

Nota-se, também, uma maior percentagem de operariado face a uma percentagem semelhante de EE (ver quadro 1 para este último caso) Os PTE descem também substancialmente (ver quadro 1). Face ao Barreiro, a Moita regista um aumento dos votos à esquerda do PS de cerca de 3%, a direita no geral desce cerca de 2%.

Alcochete atinge níveis de EDL muito similares aos de Almada, Seixal e Barreiro; no entanto, apresenta um menor peso de PTE e de EE, registando 31% de operariado. A relação entre pequenos patrões e empresários é de 5,2. As semelhanças face a estes concelhos (EDL e estrutura de propriedade) podem explicar em parte uma votação similar (nos concelhos comparados) à esquerda do PS e à direita do PSD. As dissemelhanças (menos EE e PTE) podem estar relacionadas com um maior peso relativo do PCP e um menor peso relativo do BE face aos concelhos referidos.

Sesimbra e Montijo, embora com estruturas sociais distintas, apresentam o padrão de voto mais conservador do distrito de Setúbal. Desde logo, nota-se uma diferença, quando se analisa a relação pequenos patrões/empresários: esta é de 9,5 em Sesimbra e de 6,1 no Montijo. A relação entre não proprietários e proprietários é, também, menor: 5,1 no Montijo e de 4,5 em Sesimbra. No entanto, o Montijo tem mais operários, menos EE e menos EDL, face a Sesimbra. Em Sesimbra, o voto no CDS-PP sobe um pouco, não se podendo retirar destas diferenças explicações significativas. Outros factores poderão explicar as diferenças registadas. Há que referir, muito embora, que o padrão das estruturas é semelhante, havendo dissemelhanças em questões particulares.

Palmela é uma exceção no distrito, pois tem um padrão distributivo do voto similar a Almada e a Setúbal, mas uma estrutura de classes similar a Sesimbra e ao Montijo, ou seja, tem um padrão de voto situado mais à esquerda que o de Sesimbra e o do Montijo (não se aproximando, no entanto, dos valores para a Moita e para o Barreiro). A razão da discrepância poderá dever-se em parte à relação entre EE e O, que em Palmela é de 1, face aos 1,6 de Sesimbra. O número de operários é o segundo mais alto do distrito (27,8%), face ao primeiro

lugar ocupado pela Moita (31%). Há que dizer, no entanto, que outros modelos, que não o modelo sociológico do voto, tais como os modelos sociopsicológico ou as teorizações sobre o voto económico, poderão colmatar melhor a relação verificada entre as variáveis.

De referir que os concelhos do Cadaval e de Palmela estão nas regiões de fronteira entre (no primeiro caso) a NUT III Oeste e a NUT III Lezíria do Tejo, e no segundo caso, entre a NUT III Península de Setúbal e a NUT III Alentejo Litoral, o que pode explicar parcialmente os comportamentos eleitorais mais “híbridos” destes concelhos.

Os concelhos de Alcácer do Sal e de Grândola apresentam níveis baixos de EDL e PTE. Os níveis de EE e O também descem (ver quadro 1). Tal deve-se ao peso dos inactivos: 39% em Alcácer do Sal, 43% em Grândola.

Face à quebra registada nos EDL, regista-se uma descida dos votos no CDS-PP e no PSD. Este em Alcácer do Sal apresenta um valor muito baixo. Em Grândola verifica-se a mesma situação; no entanto, o PSD regista mais 4% em Grândola, tanto em 2002 como em 2005. Os valores do CDS-PP são baixos. De referir que estes concelhos têm os níveis mais baixos de EE do distrito de Setúbal, verificando-se uma descida dos votos no BE (relação verificada, também, em outros concelhos).

Importa notar que os concelhos do Alentejo Litoral apresentam uma característica peculiar quando se analisa a relação pequenos patrões/empresários: todos estes concelhos têm valores próximos ou acima de 10 nesta relação. Quando analisamos a proporção de empresários e pequenos patrões do sector secundário e do terciário face aos EE e aos O, verificamos que os empresários e pequenos patrões empregam mais pessoas do que nos concelhos a norte do distrito de Lisboa. No entanto, a relação entre pequenos patrões e voto à direita não se verifica nestes concelhos. Tal facto pode dever-se à influência da grande propriedade agrícola. De facto, parte dos inactivos destes concelhos tiveram profissões no sector primário ou com forte relação com este, como o atestam a história socioeconómica e a pensão média auferida pelos pensionistas, que está próxima dos níveis dos concelhos mais rurais do distrito de Lisboa: Grândola, 394 euros; Santiago do Cacém, 413 euros; Alcácer do Sal não tem valores disponíveis. As próprias indústrias existentes dedicam-se predominantemente à transformação de produtos oriundos do sector primário, exceptuando Sines (tal facto foi verificado através da consulta dos *sites* dos municípios e de contactos com as câmaras municipais). Outro factor que pode contribuir para este voto refere-se à influência do PCP nestes concelhos, tal como a influências ideológicas a nível familiar diferenciadas das registadas nos concelhos mais a norte do distrito de Lisboa (campesinato *versus* assalariados agrícolas). Podemos, no entanto, apenas concluir que o modelo sociológico do voto tem que

ser complementado por outros modelos, tais como o modelo sociopsicológico ou as teorizações sobre o voto económico, para uma possível explicação das especificidades registadas.

Conclusões

O modelo das clivagens estruturais apresenta a relação capital-trabalho como uma das principais clivagens. Bourdieu e Wright concebem, também, esta relação como importante. O alinhamento dos eleitores dependeria fortemente do sistema de clivagens. Tal verifica-se, no presente estudo, no caso dos EDL e dos EE.

As coligações destas classes sociais persistem no tempo e no espaço (no caso das eleições de 2002 e 2005), podendo-se falar duma política de classe. Quando os EDL registam um maior peso nos concelhos, mais a direita, no geral, sobe e vice-versa. No entanto, verifica-se uma relação mais mitigada nos concelhos a norte do distrito de Lisboa. A relação entre pequenos patrões e empresários e o peso histórico da pequena propriedade agrícola pode, também, influenciar o comportamento geral quando analisamos o voto (note-se que estamos a analisar apenas a profissão principal nos registos do INE).

Os EE parecem registar uma relação com o BE especificadamente, ou seja, com aumentos no peso relativo de lugares de classe de EE, o BE tende a apresentar valores importantes e vice-versa.

Os PTE manifestam um comportamento muito inconstante, tal como verificado pelo estudo elaborado por Almeida *et al.* (2006). Neste caso existe a possibilidade de a aplicação da relação libertária-autoritária de Inglehart ser importante na definição do comportamento eleitoral desta classe social. Os valores culturais serem relativamente autónomos de determinantes económicos (note-se que os PTE não deixam de ter recursos económicos significativos) seria uma hipótese que carece dum estudo mais aprofundado. Por outro lado, podemos analisar estas posições em relação ao voto como advindo da própria posição dos PTE na estrutura de classes (qualificações e recursos organizacionais significativos, sendo, também, trabalhadores por conta de outrem). Segundo Wright, a autoridade hierárquica pressupõe a existência de gestores, de supervisores, que controlam outros trabalhadores, mas que também são controlados e explorados pelos capitalistas, daí se posicionarem num lugar contraditório de classe.

Tanto os AI como os TI não apresentam relações consistentes no voto. Os AA não são estatisticamente significativos para se pressupor uma análise.

Quando referimos os operários, estamos perante um caso complexo. Existem vários factores que medeiam a relação entre esta classe social e o voto. Se nalguns concelhos parece existir uma relação com o voto no PCP, já noutros parece existir uma diferenciação no voto (que não é possível descortinar directamente devido a constrangimentos de dados) entre um operário “puro” e os designados de “operários proprietários”, ou ainda entre artesãos e operários. Poderíamos inferir que as pequenas indústrias e um peso maior do sector terciário face ao sector secundário podem influenciar o voto operário num sentido mais “conservador”. No entanto, esta conclusão careceria de maior fundamentação, pois existe uma excepção que é o Alentejo Litoral, como já referido. O peso histórico do sector primário no Alentejo Litoral e no Oeste é um factor de explicação possível. Uma das diferenciações entre estas duas regiões administrativas encontra-se, como Freire refere, na presença da grande propriedade agrícola ou da pequena propriedade agrícola nestes concelhos. O peso dos inactivos nestes concelhos é, também, substancial. Analisando as pensões médias verifica-se uma relação com o sector primário em ambos os casos. A influência no voto, destes inactivos, deverá, então, também ser tida em conta.

Ainda relativamente ao voto dos operários importa referir que, segundo Cabral, os operários “podem perder os seus traços especificadamente operários sem que por isso a sua situação de classe se veja transformada” (Cabral, 1983: 115). Segundo o estudo *The Affluent Worker* (Goldthorpe *et al.*, 1968), a pertença a sindicatos diferencia o voto destes trabalhadores: quanto mais longo é o período de sindicalização mais existe uma propensão para votar trabalhista (o estudo é realizado na Grã-Bretanha e refere-se ao partido trabalhista, situado, historicamente, à esquerda). As mudanças relacionadas com a distribuição por indústria, ocupação e localidade seriam, igualmente, muito importantes.

Importaria, também, analisar o legado político e social destes operários. Mais uma vez surge a importância do sector primário e da análise da evolução diferenciada deste, nos concelhos analisados. Segundo Wright, “uniões políticas que atravessam fronteiras de classe devem ser facilitadas no grau em que ligações de amizade e de família atravessem essas fronteiras” (Wright, 1997: 150). Por último, resta referir a identificação partidária (neste caso em relação ao PCP) que, segundo o modelo de Michigan, é um mediador entre as clivagens sociais e as avaliações dos candidatos e dos “temas políticos”. Wright refere que, quando os partidos políticos tendem a enfatizar as interpretações de classe, as variações na consciência de classe são mais nítidas – o padrão histórico de políticas de classe medeia a relação entre as experiências de classe individuais e a consciência de classe (*id. ibid.*:380).

Em relação aos inactivos, para além das considerações já feitas a propósito dos pensionistas, importa referir que, segundo Wright, estes inactivos estão em lugares mediados de classe, lugares influenciados por outros aspectos que não a relação directa com um emprego, pelo que, para além da análise dum aspecto particular da subcategoria dos pensionistas, o voto desta categoria pode ser influenciado por diversos factores.

Importa, por comparação com as conclusões de Freire, referir as relações verificadas e não verificadas neste estudo. Para além da relação já aludida entre grande e pequena propriedade agrícola, a ligação entre diminuição do voto no PSD e aumento dos trabalhadores não manuais do sector terciário (PTE) não se verifica em alguns concelhos. A relação negativa com os operários industriais é indirectamente verificada, como já explicado. Não foi possível verificar a relação entre assalariados do sector terciário e o voto no PCP.

Quanto à tese de Inglehart sobre diferenciações entre a “esquerda tradicional” e a “nova esquerda” e “direita tradicional” e a “nova direita”, importa analisar o caso do BE. Este partido apresenta valores altos em concelhos com percentagens de O altas e de EDL e PTE baixas, tal como apresenta valores altos na relação contrária. A relação é, portanto, difusa. No entanto, a relação com os EE é verificada. Esta classe, quer a incluamos num proletariado mais alargado ou não, não pode ser considerada um estrato socioeconómico elevado, que seria, segundo esta tese, o estrato de apoio da “nova esquerda”. Há que ressaltar que o BE não é apenas um partido “pós-materialista”, defendendo, também, posições da dita “esquerda tradicional”, podendo o espectro alargado de atracção sociológica deste partido derivar desse mesmo facto. Não se estão a analisar, também, mudanças geracionais de valores (sugeridas por Inglehart), pelo que tal hipótese requereria um outro estudo.

Por último, resta referir que existe, de facto, volatilidade eleitoral, maioritariamente entre PS e PSD, quando comparadas as eleições de 2002 e de 2005.

O modelo sociopsicológico do voto refere como um dos problemas do modelo sociológico o de não se referirem as oscilações do voto entre eleições.

A hipótese da responsabilização (referida nas teorizações sobre o voto económico) pode ser um dos factores que explicam estas oscilações.

Em relação a este ponto, segue-se a conclusão de Freire de que os níveis de volatilidade entre os blocos são significativos mas “não foram suficientes para alterar significativamente a base sociológica e económica de cada um dos dois blocos ideológicos” (Freire, 2002).

Concluindo, é de referir que existe uma relação entre volume e composição de capital e voto partidário, como o atesta a relação entre os EDL e o voto no PSD e CDS-PP na maior parte dos concelhos. O peso da pequena propriedade agrícola entre a população inactiva

representa outra influência marcante do voto na direita na maior parte dos concelhos da região administrativa do Oeste. Os EE estão relacionados com o voto no BE.

Para além destas explicações referentes ao modelo sociológico do voto, são de notar outros factores que influenciam o voto. A nível da volatilidade eleitoral poder-se-ia referir a importância do modelo sociopsicológico e do modelo económico. Os operários registam várias mediações entre a classe e o voto: partidárias, sindicais e familiares. Diferenças (quando recorremos ao modelo sociológico) entre sectores económicos, entre funções, explicam, também, em parte, os diferentes comportamentos eleitorais dos operários. Os PTE registam uma relação com o voto instável, como já referido, que pode ser devida ao seu lugar contraditório de classe, à relativa independência desta classe face a constrangimentos económicos, ou a outros factores não referidos que são elaborados por outros quadros teóricos. Os TI e os AI revelam, também, uma relação difusa com o voto. Estas três classes sociais necessitariam dum estudo mais aprofundado de modo a equacionarem-se diferentes hipóteses de trabalho. O estudo do operariado necessitaria, também, duma análise complementar focada nas mediações familiares, partidárias e sindicais do voto.

O modelo sociológico do voto e a hipótese analisada são confirmados em parte, tendo que se complementar a análise com outros modelos explicativos.

O que ressalta de relevante, para além da importância clara do volume e composição de capitais no voto partidário é, então, a importância do uso de vários modelos explicativos das relações analisadas.

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de, Fernando Luís Machado, e António Firmino da Costa (2006), “Social classes and values in Europe”, em *Portuguese Journal of Social Sciences*, vol. 2, nº 5, pp. 95-117.
- Bacalhau, Mário (1994), *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*, Lisboa, FLAD.
- Blais, André (2000), *To Vote or Not to Vote? The Merits and Limits of Rational Choice Theory*, Pittsburgh, Univeristy of Pittsburgh Press.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Nova Deli, Sage Publications.
- Bourdieu, Pierre (1984), *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*, (tradução inglesa de Richard Nice), Londres, Routledge & Kegan Paul (1ª edição francesa: 1979, *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit).
- Cabral, Manuel Villaverde (1983), *Proletariado: O Nome e a Coisa*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- Cabral, Manuel Villaverde, Jorge Vala, e André Freire (orgs.) (2003), *Atitudes Sociais dos Portugueses 3: Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa, ICS.
- Cabral, Manuel Villaverde (2007), “Efeitos de classe e efeitos sociais: elites e operariado ante a cidadania política numa perspectiva comparada europeia”, em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses: Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, ICS.
- Casanova, José Luís (2004), *Naturezas Sociais: Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.
- Devine, Fiona, Mike Savage, John Scott, e Rosemary Crompton (orgs.) (2004), *Rethinking Class: Culture, Identities and Lifestyle*, Houndmills, Palgrave MacMillan.

- Estanque, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades e Práticas de Classe no Operariado do Calçado*, Porto, Edições Afrontamento.
- Evans, Geoffrey (org.) (1999), *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*, Oxford, Oxford University Press.
- Frada, João José Cúcio (2001), *Guia Prático para a Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos*, Lisboa, Edições Cosmos (11ª edição).
- Franklin, Mark, Thomas T. Mackie, Henry Valen, et al. (1992), *Electoral Change: Responses to Evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*, Cambridge, MA, Cambridge University Press.
- Freire, André (2001), *Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta Editora.
- Freire, André (2002), “Realinhamentos eleitorais, 1983-1999: estruturas sociais, economia e voto partidário”, em *Análise Social*, vol. XXXVII, nº 162, pp. 121-149.
- Freire, André, Marina Costa Lobo, e Pedro Magalhães (orgs.) (2004), *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses. Portugal a Votos: As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, ICS.
- Freire, André, e Pedro Magalhães (2002), *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa, ICS.
- Freire, André, e Marina Costa Lobo (2002), “The portuguese 2002 legislative elections”, em *West-European Politics*, vol. 25, nº 4, pp. 221-228.
- Freire, André (2006a), “The party system of Portugal”, em Oskar Niedermayer, Richard Stöss e Melanie Haas (orgs.), *Die Parteiensysteme Westeuropas*, Wiesbaden, VS – Verlag für Sozialwissenschaften.
- Freire, André (2006b), *Esquerda e Direita na Política Europeia: Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*, Lisboa, ICS.
- Ghertman, Michel (1981), *La Prise de Décision*, Paris, PUF: IRM, caps. II e IV.
- Goldthorpe, John H., David Lockwood, Frank Bechhofer, e Jennifer Platt (1968), *The Affluent Worker: Political Attitudes and Behaviour*, Cambridge, Cambridge University Press.

Gunther, Richard (2004), “As eleições portuguesas em perspectiva comparada: partidos e comportamento eleitoral na Europa do Sul”, em André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães, *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses. Portugal a Votos: As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, ICS, pp. 35-81.

Inglehart, Ronald (1990a), “The nature of value change”, em P. Mair (org.), *The West European Party System*, Oxford, Oxford University Press, pp. 247-252.

Inglehart, Ronald (1990b), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton, Princeton University Press.

Knutsen, Oddbjørn (1995), “Left-right materialist value orientations”, “Party choice”, em Jan W. van Deth e Elinor Scarbrough (orgs.), *The Impact of Values*, Oxford, Oxford University Press.

Korpi, Walter (1983), *The Democratic Class Struggle*, Londres, Routledge & Kegan Paul.

Lopes, Fernando M. Farelo., e André Freire (2002), *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*. Oeiras, Celta Editora.

Michelat, Guy, e Michel Simon (1977), *Classe, Religion et Comportement Politique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Éditions Sociales.

Quivy, Raymond, e Luc van Campenhoudt (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 3ª edição (1ª ed. francesa 1988).

Reis, António (coord.), (2007), *Retrato de Portugal: Factos e Acontecimentos*, Lisboa, Temas e Debates.

Savage, Mike (2000), *Class Analysis and Social Transformation*, Filadélfia, Open University Press.

Silva, Augusto Santos, e José Madureira Pinto (orgs.) (2001), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento (11ª edição).

Viegas, José Manuel Leite, António Costa Pinto, e Sérgio Faria (orgs.) (2004), *Democracia: Novos Desafios, Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editora.

Weber, Henri (1977), *Marxismo e Consciência de Classe*, Lisboa, Moraes Editores.

Weber, Henri (1977), *Marxismo e Consciência de Classe*, São Paulo, Moraes Editores.

Wright, Erik Olin (1997), *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.

Sites consultados:

www.ine.pt; www.stape.pt; www.eleicoes.mj.pt

www.cm-mafra.pt; www.cm-lourinhã.pt

www.sines.pt; www.cm-santiago-do-cacem.pt

www.cm-grandola.pt; www.cm-alcacerdosal.pt